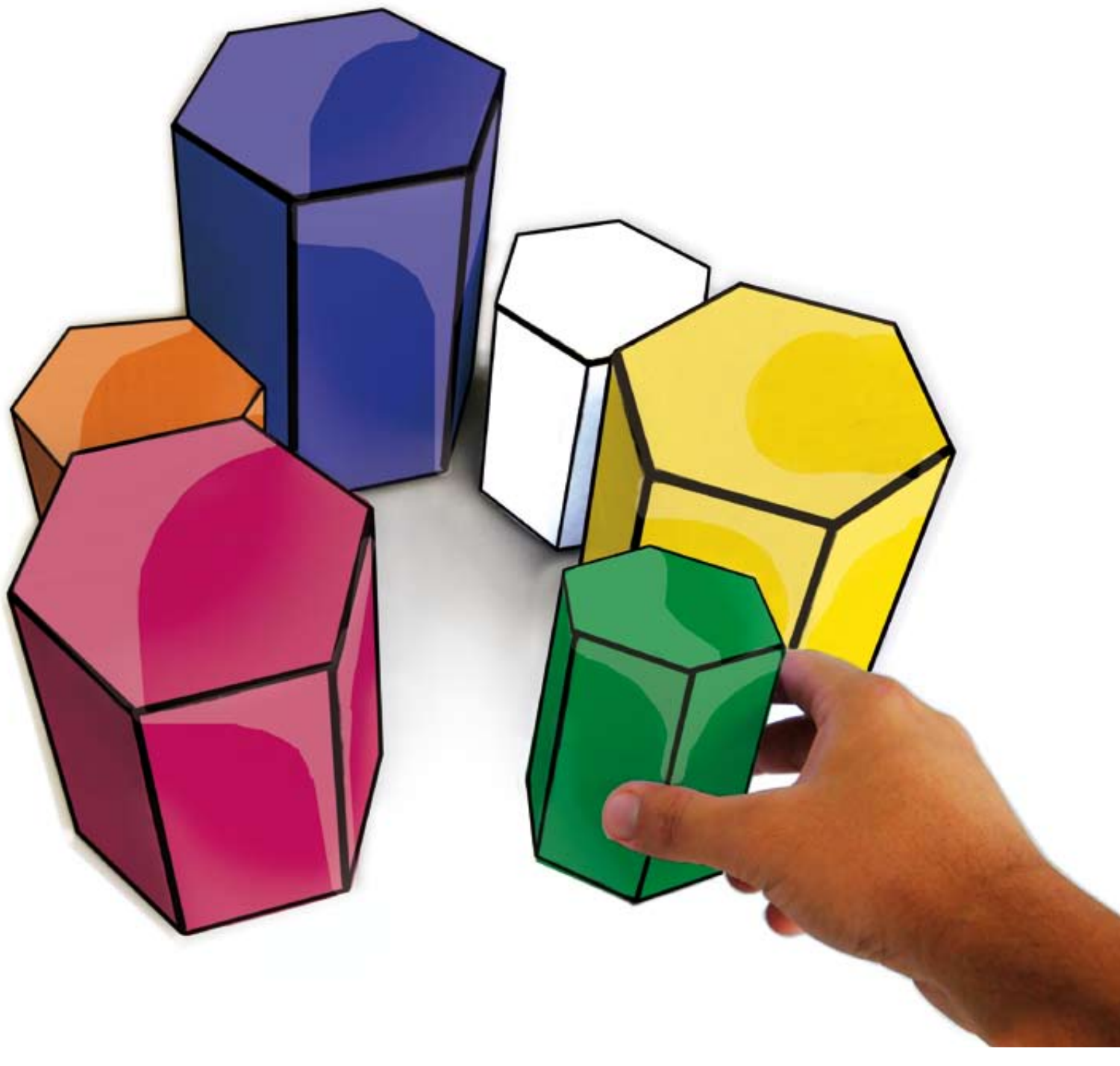
Jornal UFG

Impresso Especial
9912229887-DR/GO
UFG
CORREIOS

PUBLICAÇÃO DA ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS – ANO V – Nº 34 – MARÇO 2010

Planejamento conjunto orienta práticas de ensino

O ensino, intrinsecamente associado à pesquisa, extensão e cultura, é primordial na sustentação da vida acadêmica. Por isso, servidores docentes e técnico-administrativos da UFG preocupam-se em planejar, avaliar e, em muitos casos, repensar as práticas pedagógicas, do ensino fundamental à pós-graduação. No mês de fevereiro, enquanto os estudantes ainda usufruíam suas férias, as unidades acadêmicas ocupavam-se do planejamento das atividades do semestre. Das salas de aula emergem iniciativas de investigação e práticas que são referência para a sociedade e podem servir de modelo para outras instituições. Confira o tema principal desta edição nas páginas 4 a 11, 14 e 15.



EDITORIAL

Edward Madureira Brasil*

O trabalho como meio para enfrentar os desafios

Nesta primeira edição de 2010 do **Jornal UFG** queremos agradecer, mais uma vez, pela oportunidade de iniciar um novo mandato à frente da nossa universidade, dessa vez, tendo o professor Eriberto Francisco Bevilàqua Marin na vice-reitoria. Aproveito também para desejar um ano muito produtivo a toda a comunidade universitária, especialmente aos recém-chegados.

Dirigir a Universidade Federal de Goiás por mais quatro anos é, sem dúvida, um grande desafio. Talvez os maiores entraves ao crescimento e à plenitude da atuação da UFG, bem como das demais instituições federais de ensino superior continue sendo a reposição do quadro de servidores técnico-administrativos. Temos hoje na UFG, sem computar a necessidade do Hospital das Clínicas (HC), um *déficit* de aproximadamente mil servidores, o que dificulta e, em alguns casos, até inviabiliza nossa capacidade de ação.

Outro grande desafio é o financiamento do HC, que, a exemplo dos demais hospitais universitários, convive com a indefinição de papéis do Ministério da Saúde e do Ministério da Educação, resultando em sucessivas crises de endividamento, com prejuízos claros para a população. A remuneração de todos os segmentos de trabalhadores da UFG é outro problema que merecerá uma especial atenção do conjunto de reitores. Convivemos com uma das piores tabelas de remuneração do serviço público federal no âmbito do executivo e sua correção é decisiva para a vitalidade do sistema.

No ano do seu cinqüentenário, temos o compromisso de pensar o futuro da universidade. Não tenho dúvida de que por ser pública, gratuita e geradora de conhecimento, a UFG é uma instituição imprescindível para o desenvolvimento do estado de Goiás.

Esperamos, nesses próximos quatro anos, consolidar a expansão em curso, mantendo, naturalmente, a qualidade. Esperamos também, interagir ainda mais e de forma cada vez mais efetiva em todos os setores da sociedade, concretizando, portanto, a universidade plural. Vamos estimular ações que levem à inovação tecnológica, transformando conhecimento em produtos. Precisamos, também, avançar na gestão interna, com o aprimoramento das rotinas administrativas e a valorização das pessoas, nosso maior patrimônio.

Para enfrentar os desafios oferecemos muito trabalho e fidelidade aos princípios que sempre nortearam a nossa administração: ética, transparência, diálogo e humanismo.

***Edward Madureira Brasil**
Reitor

CÂMPUS EM FOCO

Graduação em Biotecnologia é novidade na UFG

Fotos: Carlos Siqueira

O ano letivo de 2010 é um marco para o Instituto de Patologia Tropical e Saúde Pública (IPTSP/UFG). No dia 22 de fevereiro teve início o primeiro curso de graduação da unidade, o bacharelado em Biotecnologia. A turma de 30 alunos foi recebida no auditório do instituto para a cerimônia de abertura, que contou com a participação da direção da unidade, do reitor Edward Madureira Brasil, das pró-reitoras de Graduação e de Pesquisa e Pós-graduação, respectivamente, Sandramara Matias Chaves e Divina das Dores de Paula Cardoso, e do diretor científico da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (Fapeg) José Clecildo Barreto Bezerra.

Duplicação das vias de acesso facilita tráfego no Câmpus Samambaia

No Câmpus Samambaia, o Centro de Gestão do Espaço Físico (Cegef) trabalha na ampliação do sistema viário para que o trânsito possa fluir melhor com o início do ano letivo. O objetivo é facilitar o acesso às quadras localizadas a oeste do Instituto de Ciências Biológicas (ICB) até a Faculdade de Educação Física (FEF), onde está sendo construída a maioria dos novos prédios do Câmpus Samambaia. Em decorrência do período chuvoso, as obras sofreram atraso. A expectativa do Cegef é que o trânsito seja liberado no local ainda em abril. A conclusão da obra deve ocorrer em maio, após a instalação de galerias pluviais e a implantação de sinalização.

TV UFG está no ar em caráter experimental

O canal 14 UHF – TV UFG – está no ar desde dezembro de 2009 com sinal aberto, retransmitindo oficialmente a TV Brasil para Goiânia. Como está em fase experimental, o sinal pode sofrer interrupções breves. Graças ao empenho da equipe que a compõe, dificuldades técnicas têm sido prontamente superadas. O telespectador que ainda não consegue sintonizar o sinal da emissora deve reprogramar a sintonia automática do seu aparelho, a fim de liberar o canal 14, ou optar por uma antena UHF.

Errata

• Na última edição do Jornal UFG, n° 33, cometemos um erro de ordem taxonômica. Na reportagem "Quando a comunidade e a universidade crescem juntas", sobre a cultura do açafrão e a comunidade de Mara Rosa (páginas 12 e 13), confundimos os nomes científicos do "ouro do cerrado". A espécie cultivada em terras brasileiras chama-se *Curcuma longa L.*

• Na matéria "III Mostra de Cinema Italiano discute a temática política" (página 19), a coordenadora do evento é Margareth Lourdes Oliveira Nunes, professora do Departamento de Italiano da Faculdade de Letras.

Jornal UFG

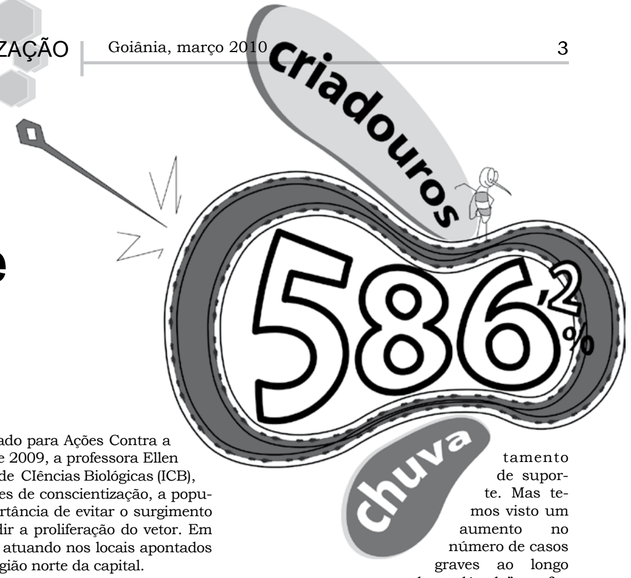
Publicação da Assessoria de Comunicação
Universidade Federal de Goiás
ANO V – Nº 34 – MARÇO 2010

ASCOM – Reitoria da UFG – Câmpus Samambaia
C.P.: 131 – CEP 74001-970 – Goiânia – GO
Tel.: (62) 3521-1310 /3521-1311 – Fax: (62) 3521-1169
www.ufg.br – imprensa@reitoria.ufg.br – www.ascom.ufg.br

Universidade – **Reitor:** Edward Madureira Brasil; **Vice-reitor:** Eriberto Francisco Bevilaqua Marin; **Pró-reitora de Graduação:** Sandramara Matias Chaves; **Pró-reitora de Pesquisa e Pós-Graduação:** Divina das Dores de Paula Cardoso; **Pró-reitor de Extensão e Cultura:** Anselmo Pessoa Neto; **Pró-reitor de Administração e Finanças:** Orlando Afonso Valle do Amaral; **Pró-reitor de Desenvolvimento Institucional e Recursos Humanos:** Jeblin Antônio Abraão; **Pró-reitor de Assuntos da Comunidade Universitária:** Ernando Melo Filizzola.

Jornal UFG – **Coordenadora de imprensa e editora-geral:** Silvana Coleta Santos Pereira; **Editora:** Michele Ferreira Martins; **Editora-assistente:** Patricia da Veiga Borges; **Conselho editorial:** Angelita Pereira, Goiamérico Felício Santos, Ivan Torres Nicolau de Campos, Maria das Graças Monteiro Castro, Silvana Coleta, Venerando Ribeiro de Campos, Célia Sebastiana Silva; **Suplentes:** Valéria Maria Soledade de Almeida, Suely Henrique de Aquino Gomes; **Revisão:** Maria José Soares e Ana Paula Ribeiro; **Projeto gráfico e editoração eletrônica:** Cleomar Gomes Nogueira e Reuben Lago; **Fotografia:** Carlos Siqueira; **Colaboradores:** Agnes Arato, Adriana Rodrigues, Cátia Ana Baldoino da Silva e Kharen Stecca. **Estagiários:** Angélica Queiroz, Beatriz Mendes, Luciana Santal, Marcela Guimarães, Túlio Moreira Rocha (jornalismo) e Vinícius Batista (fotografia). **Secretária administrativa:** Sueli Alves de Sousa.

Impressão: Centro Editorial e Gráfico (Cegraf) da UFG.



UFG desenvolve ações contínuas contra a dengue

Alterações na circulação do vírus alertam para os riscos de epidemia da doença

Túlio Moreira

Diante da amplitude do novo surto de dengue no estado de Goiás, professores e estudantes da UFG e profissionais da Secretaria Municipal de Saúde de Goiânia estão percorrendo diversos ambientes da universidade e escolas da rede pública para alertar sobre os perigos da dengue e instruir sobre como evitar a proliferação do mosquito. As ações, pautadas em reuniões quinzenais, abrangem a confecção de *kits* educativos, o recolhimento do lixo jogado nas dependências da UFG, a distribuição de panfletos informativos com orientações sobre como evitar a proliferação do vetor e como eliminar possíveis criadouros, além da organização de palestras e oficinas.

De acordo com os números divulgados pela Secretaria de Estado da Saúde, foram notificados, até o dia 27 de fevereiro deste ano, 43.302 casos de dengue em Goiás, com 13 óbitos confirmados em decorrência da doença. Em comparação com o mesmo período do ano passado, quando foram registrados 6.313 casos, o aumento foi de 586,2%.

Membro do Grupo Integrado para Ações Contra a Dengue, formalizado em maio de 2009, a professora Ellen Synthia de Oliveira, do Instituto de Ciências Biológicas (ICB), afirma que, durante as atividades de conscientização, a população é informada sobre a importância de evitar o surgimento de possíveis criadouros e impedir a proliferação do vetor. Em 2010, o grupo deverá continuar atuando nos locais apontados como possíveis criadouros na região norte da capital.

Monitoramento permanente – O professor João Bosco Siqueira, do Departamento de Saúde Coletiva do Instituto de Patologia Tropical e Saúde Pública (IPTSP) e integrante do grupo, explica que a dengue apresenta um padrão sazonal de ocorrência bastante característico. A maioria dos casos é registrada durante os períodos de chuva de cada região do Brasil. O vírus da dengue tem quatro sorotipos e a circulação de um sorotipo geralmente predomina sobre os demais. Daí a importância do monitoramento constante realizado pelos pesquisadores e órgãos de saúde pública a cada novo período chuvoso.

De acordo com o professor, cenários de alta transmissão de dengue representam um grande desafio para os serviços de saúde. "Os casos registrados até o momento, em sua maioria, podem ser classificados como dengue clássica, em que os pacientes são acompanhados em ambulatórios, recebendo apenas tratamento de suporte. Mas temos visto um aumento no número de casos graves ao longo dessa década", confirma João Bosco. Ele afirma que um dos desafios para o atendimento é a identificação, entre todos os que procuram as unidades de saúde, de pacientes que apresentam sinais de alerta mais graves.

João Bosco acredita que a implantação de um sistema de classificação de risco dos pacientes nas unidades de saúde é necessária, para que os mais graves sejam identificados e recebam atendimento o mais rápido possível. O professor afirma também que o impacto econômico da doença é bastante elevado, porque geralmente as pessoas com dengue ficam sem poder trabalhar ou ir à escola por pelo menos uma semana e ainda podem sentir outras complicações de saúde nos meses seguintes.

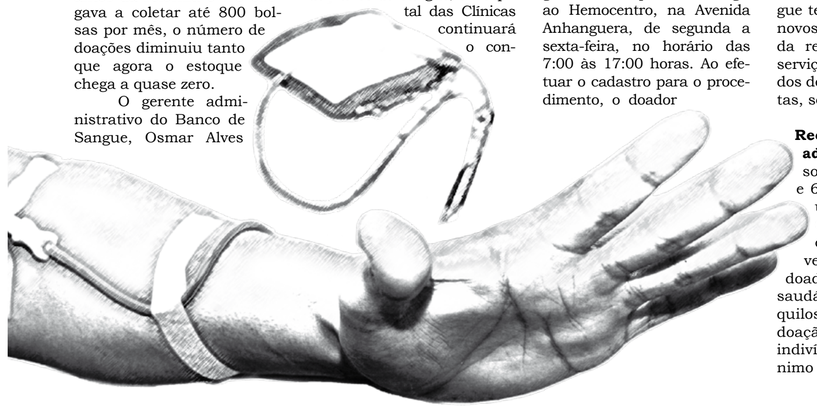
Gesto de doação ao próximo

Em reforma desde outubro de 2009, o Banco de Sangue do Hospital das Clínicas (HC) da UFG tem recebido menos doações após o início das obras. Os reparos estão sendo feitos para melhorar o atendimento aos doadores, mas o estoque atual de bolsas de sangue do hospital, localizado no Setor Leste Universitário, é crítico. Se antes da reforma o HC chegava a coletar até 800 bolsas por mês, o número de doações diminuiu tanto que agora o estoque chega a quase zero.

O gerente administrativo do Banco de Sangue, Osmar Alves Dias, explica que, durante o período das reformas, as doações destinadas ao HC foram transferidas para o Hemocentro de Goiás, que não tem conseguido suprir a demanda do hospital. A cada mês, o HC realiza cerca de 1.200 procedimentos de transfusão de sangue.

Até junho, quando está prevista a entrega das obras do Banco de Sangue, o Hospital das Clínicas continuará o convênio com o Hemocentro. Por isso, Osmar Alves endossa o apelo a toda a comunidade universitária. "A mobilização dos membros da UFG é fundamental. Doar sangue é doar vida. As pessoas não precisam ter algum parente hospitalizado para fazer esse gesto", afirma o gerente do Banco de Sangue.

Quem quiser doar sangue ao HC pode se dirigir ao Hemocentro, na Avenida Anhanguera, de segunda a sexta-feira, no horário das 7:00 às 17:00 horas. Ao efetuar o cadastro para o procedimento, o doador precisa informar que o sangue coletado será destinado ao Hospital das Clínicas.



O Banco de Sangue é uma unidade do HC em funcionamento desde a fundação do hospital, em 1962. O objetivo da atual reforma é humanizar o espaço destinado à coleta de sangue e melhorar o atendimento aos doadores. De acordo com Osmar Alves, o Banco de Sangue terá mais funcionários e novos equipamentos ao final da reforma. Além disso, o serviço de coleta de derivados do sangue, como plaquetas, será aperfeiçoado.

Recomendações aos doadores – Qualquer pessoa com idade entre 18 e 65 anos pode se tornar um doador de sangue. Contudo, algumas condições básicas devem ser observadas. O doador precisa se sentir saudável e pesar mais de 50 quilos. Na noite anterior à doação, é recomendável ao indivíduo um repouso mínimo de seis horas. No dia da coleta, o doador deve se alimentar bem antes de realizar o procedimento.

A ingestão de bebidas alcoólicas deve ser evitada nas 12 horas anteriores à doação. O consumo de cigarros e alimentos gordurosos também não é recomendado por cerca de três horas antes do procedimento. Após a doação, ao longo de um dia, deve ser evitada a prática de esportes ou de atividades físicas intensas.

Algumas pessoas não podem doar sangue. Pessoas que tiveram hepatite após os dez anos de idade, adquiriram doenças transmissíveis pelo sangue, como Aids, hepatite, sífilis e doença de Chagas, indivíduos que fizeram tatuagem ou colocaram *piercing,* nos últimos 12 meses, em estabelecimentos não controlados pela Vigilância Sanitária, ou que tiveram relacionamento sexual com parceiro eventual sem uso de preservativo, mulheres grávidas ou que estejam amamentando e usuários de drogas não podem efetuar a doação.

Carlos Siqueira

Experiências do colégio podem ser aplicadas no Programa Ensino Médio Inovador, que propõe mudanças na educação básica do país

Cepae

é referência no ensino para o Ministério da Educação

Beatriz Mendes

O Programa Ensino Médio Inovador, proposto pelo Ministério da Educação (MEC), pretende estabelecer mudanças significativas nas escolas públicas de ensino médio não profissionalizante, revertendo os dados negativos referentes a essa etapa da educação básica, como aqueles que apontam que menos de 25% dos jovens de 15 a 17 anos possuem o ensino médio no Brasil. Esse novo modelo já é aplicado pelo Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação (Cepae) há mais de cinco anos. De acordo com a diretora da unidade, Maria José Oliveira, o que é realizado no Cepae poderá servir para o MEC implementar a proposta nas escolas do restante do país.

O novo programa oferecerá apoio técnico e financeiro a redes estaduais de ensino para o desenvolvimento de ações de melhoria da qualidade do ensino público. Outro objetivo do programa é combinar formação geral, científica, tecnológica e cultural com a prática e estimular a inovação dos currículos. Entre as inovações sugeridas pelo MEC estão a ampliação da carga horária de todo o ensino médio para três mil horas cursadas – hoje são 2,4 mil horas –, o estudo da teoria aplicada à prática, fomento às atividades culturais, a adoção do regime de dedicação exclusiva pelos professores e a leitura como elemento central e básico de todas as disciplinas.

Para a coordenadora do ensino médio da Secretaria de Educação Básica (SEB) do MEC, Maria Eveline Pinheiro Vilar de Queiroz, colocar a leitura no centro do currículo prepara o aluno para ter êxito, não apenas nos estudos, mas também na vida. Maria Eveline considera que a dificuldade do estudante não está no conteúdo da disciplina, mas na forma de ler e de interpretar os códigos. De acordo com a coordenadora, o Programa Ensino Médio Inovador também pretende oferecer uma escola mais atrativa para o aluno e, assim, reduzir os índices de evasão.

A diretora do Cepae participou da primeira reunião do Comitê Gestor do Programa Ensino Médio Inovador, realizada no dia 13 de janeiro, na cidade do Rio de Janeiro, juntamente com representantes de diversas escolas do país. Segundo Maria José Oliveira, de modo geral, a proposta do MEC foi recebida com entusiasmo: "Estamos diante de uma possibilidade de mudança do ensino médio que hoje não é profissionalizante e não prepara para o vestibular e nem para a vida". O objetivo da reunião foi discutir as propostas elaboradas pelo MEC, como serão adotadas e o que fazer a fim de que não faltem recursos para os projetos. Na ocasião também ocorreu um curso de formação continuada para gestores e professores das secretarias estaduais e de escolas vinculadas ao Programa Ensino Médio Inovador.

Programa – Na proposta o MEC sugere, dentro de um processo dinâmico, participativo e contínuo, estimular novas formas de organização das disciplinas articuladas com atividades integradoras, a partir das inter-relações existentes entre os eixos constituintes do ensino médio, ou seja, o trabalho, a ciência, a tecnologia e a cultura.

O projeto de mudança concentra-se na articulação interdisciplinar voltada para o desenvolvimento de conhecimentos, saberes, competências, valores e práticas. Para Maria José Oliveira, uma das principais características do ensino médio no Cepae é que o aluno escolhe parte do currículo que vai cursar. "As disciplinas escolhidas pelos alunos são a parte flexível do currículo e são chamadas de acessórias", explica a diretora do Cepae. Outro aspecto destacado por Maria José é o fato de muitas dessas matérias serem trabalhadas por professores de áreas distintas.

Ensino médio no Brasil – Dados extraídos da Pesquisa Nacional de Amostragem de Domicílio (Pnad) de 2006 indicam que, dos 10,4 milhões de brasileiros entre 15 e 17 anos, mais de 50% não estavam matriculados no ensino médio naquele ano. Quando o ensino médio é analisado por região, a Pnad também retrata desigualdades. No Sudeste, 73,3% dos jovens na faixa de 15 a 17 anos estão no ensino médio, mas, no Nordeste, esse índice cai para 33,1%. Os motivos da evasão concentram-se em duas situações: os rapazes deixam a escola para trabalhar e as moças por causa de gravidez.

De acordo com Maria Eveline, coordenadora do ensino médio da SEB/MEC, os estados e escolas que aderiram ao programa devem trabalhar atendendo a alguns indicadores apresentados pelo MEC. Tais indicadores, articulados às propostas de efetivação do currículo apresentado pelas secretarias, em discussão com as escolas, serão importantes para a melhoria da qualidade de ensino, "uma vez que esta envolve o ajuste do currículo à realidade local, o fortalecimento da ação docente e a busca por procedimentos didático-pedagógicos mais adequados à formação do aluno", esclarece Maria Eveline.

A coordenadora ressalta que, em alguns estados, como Goiás, por exemplo, as secretarias de educação já vinham desenvolvendo programas voltados para o ensino médio. Nesse caso aproveitam a proposta do ministério para ampliar, complementar ou ajustar seu planejamento e fortalecer a proposta pedagógica, como é o caso do Cepae/UFG.

Divulgação

Atividades em laboratórios são estratégias para tornar as aulas mais atrativas, contribuindo assim para reduzir os índices de evasão

Planejamento pedagógico

para começar bem o ano letivo

Unidades acadêmicas promovem discussões para planejar atividades de 2010

Marcela Guimarães
Túlio Moreira

Aperfeiçoar o currículo, debater problemas e delinear as propostas para o semestre que se inicia. As semanas de planejamento constituem um instrumento importante para as unidades acadêmicas projetarem as ações que devem ser cumpridas ao longo do período letivo. Durante o mês de fevereiro, professores de diversas faculdades e institutos da UFG estiveram mobilizados para discutir temas pertinentes à qualidade do ensino oferecido pela universidade.

As diretrizes de planejamento nas unidades acadêmicas contemplaram ações de reestruturação curricular, reuniões pedagógicas, visitas a diferentes locais de aprendizagem dos alunos, avaliações didáticas, cursos de capacitação docente e palestras temáticas. A Pró-reitoria de Graduação (Prograd) incentiva a realização dos planejamentos pedagógicos. A pró-reitora Sandramara Matias Chaves explica que a semana de planejamento é uma atividade prevista no calendário acadêmico para ocorrer antes do início de cada semestre. Ela afirma que as semanas de planejamento devem abranger questões específicas de cada curso e ainda discutir problemas pertinentes ao ensino superior. A pró-reitora salienta a importância de compartilhar demandas relativas ao processo de administração das unidades acadêmicas e de organização dos currículos e métodos de aprendizagem.

"Cada unidade pode optar pela forma mais adequada de organizar a semana de planejamento. As unidades acadêmicas estão investindo cada vez mais na elaboração da programação, e chegam a convidar palestrantes de outras instituições para participar das atividades", afirma Sandramara. A pró-reitora acredita que a elaboração de um plano de ensino minucioso é fundamental para garantir o cumprimento das metas de cada curso.

A Escola de Agronomia e Engenharia de Alimentos (EA) foi uma das unidades que discutiram o aperfeiçoamento dos programas curriculares e o andamento dos cursos ao longo do primeiro semestre. Assim, foram realizados seminários que abordaram desde os projetos pedagógicos dos cursos até dificuldades emocionais dos discentes. De acordo com Célia Lopes, diretora interina da EA, os temas das apresentações ministradas foram propostos pelos professores diante das dificuldades encontradas durante o semestre passado. As formas de avaliação dos estudantes foi um dos questionamentos apresentados.

Durante a semana de planejamento da EA, Sandramara Matias Chaves discorreu sobre o tema "Avaliação e modelos de avaliação de desempenho de discentes" e tirou dúvidas sobre as diversas atividades avaliativas, que muitas vezes são utilizadas sem a devida reflexão acerca dos objetivos de cada uma. "É complexo desenvolver um processo avaliativo totalmente consistente diante de jovens que recebem grande fluxo de informações", comentou a pró-reitora na ocasião.

O professor Juarez Maia acredita que a semana de planejamento também contribui para aproximar diferentes cursos. A Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia (Facomb), unidade em que Juarez é professor, abriga quatro cursos: Publicidade e Propaganda, Jornalismo, Relações Públicas e Biblioteconomia. Segundo avaliou o professor, trata-se de uma oportunidade para descobrir afinidades entre as disciplinas ministradas nos cursos e aproximar as diferentes formações.

Outra experiência semelhante foi registrada este ano no planejamento de dois cursos da área de saúde. Segundo informou a diretora da Faculdade de Farmácia, Clêvia Ferreira Garrote, houve um planejamento integrado entre as Faculdades de Nutrição e de Farmácia. "As duas unidades já desenvolvem projetos em parceria, então é vantajoso realizar o planejamento pedagógico também em conjunto", afirma. Fortalecendo o vínculo multidisciplinar entre as unidades, a programação da semana de planejamento contou ainda com a participação de professores da Faculdade de Odontologia, de Enfermagem e do Instituto de Ciências Biológicas.

No interior – O Câmpus Catalão (CAC) também programou atividades para a semana de planejamento. De acordo com o Setor de Comunicação e Eventos do CAC, a programação teve como objetivo integrar os onze servidores recém-nomeados da unidade, além de discutir e debater com a comunidade acadêmica o projeto de autonomia e federalização do câmpus.

Durante as atividades, o reitor da UFG, professor Edward Madureira Brasil, e os reitores Virmondes Rodrigues Júnior, da Universidade Federal do Triângulo Mineiro, e Damião Duque de Farias, da Universidade Federal da Grande Dourados, traçaram um panorama da criação de universidades, em consonância com o contexto político e econômico federal. A expectativa de consolidação do projeto de autonomia do câmpus foi debatida durante o encontro. Para o diretor do CAC, professor Manoel Rodrigues Chaves, o compartilhamento da experiência de outras universidades que conquistaram a autonomia recentemente contribui para planejar o processo de desmembramento da unidade.

Ilustração Reuben Lago

CULTURA AFRODESCENDENTE
nas escolas, reivindicação transformada em lei

Os africanos, brutalmente arrancados de sua terra natal no processo de organização das forças econômicas que perdurou séculos, foram humilhados, subjugados, forçados a menosprezar sua identidade cultural e religiosa e a enfrentar o presente sem perspectivas. Ainda hoje estão estampados na sociedade os débitos decorrentes do longo regime escravocrata que marcou a história do Brasil. Mas será possível resgatar uma história viva a partir da revisão do passado? Pensando nisso, o *Jornal UFG* e a *Rádio Universitária 870 AM* promoveram um debate sobre a obrigatoriedade da inclusão no currículo oficial da rede de ensino básico da temática "História e Cultura Afrobrasileira", instituída pela Lei n° 10.639, de janeiro de 2003. Compareceram para discutir o tema a professora do Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação (Cepae) e coordenadora do Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em Educação Básica, Mônica Martins; o professor do Instituto de Estudos Socioambientais (Iesa) e coordenador do Núcleo de Estudos Africanos e Afrodescendentes, Alex Ratts; a coordenadora do Centro de Formação dos Profissionais de Educação da Secretaria Municipal de Educação, Marcilene Pelegrine Gomes, e a representante da Superintendência de Educação Básica da Secretaria Estadual de Educação, Márcia Aparecida Vieira Andrade. Esse encontro foi uma oportunidade de colocar em pauta a diversidade cultural, o preconceito racial e o processo de formação de novos cidadãos.

Michele Martins
Silvânia Lima

A Lei nº 10.639 já completou seis anos. Desde sua regulamentação, em 2004, o que foi feito de concreto para cumpri-la em sala de aula?

Alex Ratts – O ensino de história e cultura afrobrasileiras começou a ser posto em prática, em alguns estados, antes mesmo de a lei ser criada, porque, na verdade, era uma demanda de movimentos negros e dos professores da área. O que aconteceu no final de 2009 foi o lançamento de um plano nacional para implementação da Lei nº 10.639, a partir da compreensão de que o dispositivo não está sendo aplicado em sua totalidade nos sistemas de ensino e nos vários níveis da educação. Então, a regulamentação existe, já é aplicada, mas ainda não a contento.

Por quê?

Alex Ratts – Há um parecer de 2004, contido nas diretrizes curriculares nacionais, que orienta para o ensino da cultura africana; há também publicações do MEC de 2006, chamadas *Orientações curriculares sobre educação das relações étnico-raciais*. Agora, temos também o plano nacional de implementação da Lei nº 10.639. São vários os problemas, em escala local, regional e nacional. Então, essa produção do MEC com parceiros e parceiras federais, associações de pesquisadores e gestores da educação tem de ser agora mais capilar. Alguns estados fazem isso bem porque há parcerias regionais muito boas, como na Bahia, com o Centro de Estudos Afro-orientais, na UFBA, o movimento negro consegue implementar isso em quase todo o estado. Santa Catarina e São Paulo também fizeram experiências de muito valor. Outros estados precisam de mais empenho dos gestores, mas não só isso, precisam também ter parceiros e parceiras dentro das universidades e em cada secretaria para que isso aconteça.

Em novembro do ano passado o Cepae realizou o 1° Colóquio África e Afrodescendência. Qual foi o objetivo desse evento e como a universidade tem contribuído para a implementação dessa lei?

Mônica Martins – Nós partimos do princípio de que esse é um compromisso que deveria ser de várias áreas do conhecimento. Por isso, o objetivo foi reunir especialistas de diferentes campos do conhecimento para debater possibilidades, bem como discutir os limites de se ensinar essa temática nos vários campos, como História, Geografia, Letras etc. Entendemos que esse deve ser um compromisso da escola como um todo, e não de determinadas áreas, como equivocadamente algumas pessoas pensam. Como professora de História, pude acompanhar isso em vários momentos. A escola tem de estar comprometida com a diversidade, a multiplicidade em todas as disciplinas e o trabalho com o tema deveria integrar os currículos de modo amplo e não apenas em alguns campos do conhecimento.

Como a Lei nº 10. 639 será aplicada no Cepae?

Mônica Martins – Gostaria de aproveitar a oportunidade para ressaltar que o ideal seria que as escolas não vissem a lei como uma obrigação, mas, sim, como uma oportunidade de lidar com o ensino em uma concepção múltipla. O Cepae, por ser uma instituição com muitas possibilidades de experimentações curriculares e pedagógicas, vem, já há alguns anos, trabalhando com possibilidades diversas. Passamos por uma reforma curricular que criou uma parte flexível para o currículo do Ensino Médio, na qual o aluno cursa disciplinas diversificadas. Então, a subárea de História passou a oferecer História da África no Ensino Médio. A integração do tema é feita também no currículo básico, cursado no período matutino, desde a problematização da história da África em outra perspectiva que não a eurocêntrica. Tentamos diversificar essas abordagens, considerando outros continentes e outras experiências históricas. Problematizamos o estudo da escravidão por meio do diálogo com a nova historiografia, pensando a experiência dos africanos no Brasil a partir de outras experiências culturais, sociais e políticas. Atuamos também na prática, por meio das atitudes de cada um no cotidiano. Hoje discutimos muito o "currículo oculto", que é aquilo que a escola ensina, mas não está evidente como conteúdo, que está nos exemplos, nas brincadeiras, na forma como a escola lida com as coisas. Por ser uma escola pública, nossa clientela é diversa e temos um compromisso social.

Qual tem sido a orientação repassada aos professores da rede municipal e estadual? Eles já estão preparados para conduzir discussões em sala de aula e ressaltar temas como relações de poder, identidades e preconceitos raciais?

Marcilene Pelegrine – A Secretaria Municipal de Educação, desde 2003, investe na formação de professores para trabalhar a temática da história e da cultura africanas. Quando falamos em formação de professores, entendemos que se trata de uma política a longo prazo e que ainda há muito a ser feito. Para atendermos especificamente à implantação da Lei nº 10.639, trabalhamos atualmente em três frentes. Primeiro, foi discutido que concepção de currículo e de conhecimento queremos para as escolas de educação básica. A partir daí, desde 2005, convocamos os professores a participarem de um grupo de trabalho para repensar as diretrizes curriculares. O resultado foi um material elaborado por um grupo de mais de 200 pessoas e é nesse referencial que os professores de todas as áreas vão buscar as orientações para o trabalho com essa temática. Em segundo lugar, pensamos na formação do professor. Não adianta termos normas se o professor não estiver preparado conceitualmente. Em um universo de três mil professores da educação fundamental, conseguimos atender a uma média de 1,5 mil. O foco dessa formação foi discutir o que é a Lei nº 10.639, de onde veio, qual o seu sentido e como é possível materializar suas determinações no currículo. Pela avaliação dos professores, percebemos um dado

positivo: quando apresentamos uma formação na qual o foco é discutir uma lei e sua temática, percebemos que o professor está interessado em entendê-la e saber como vai trabalhar. O terceiro foco de atuação da SME é a elaboração e aquisição de material didático. Não adianta toda essa formação se o professor não tiver com que trabalhar em sala de aula. Mesmo havendo instituições de ensino superior que se preocupam com a temática, quando fomos chamados a pensar um plano de implementação dessa diretriz, em 2003, observamos que havia poucas publicações adequadas disponíveis. Em 2010, quando estamos novamente repensando o nosso plano, temos a felicidade de perceber que há muito material bom de pesquisa. Ampliou-se o número de pesquisas e publicações, tanto na UFG como na PUC Goiás, e isso foi fundamental porque, quando íamos discutir a formação de professores, precisávamos trazer estudiosos de outros estados. A produção do material paradidático avançou graças às produções feitas no âmbito da academia, mas observamos que o livro didático ainda não traz elementos substanciais que contribuam com a prática do professor. Por isso, reforçamos a importância do material didático e da parceria com as universidades.

Márcia Aparecida – Na Rede Estadual de Ensino, desde 2004 vem se discutindo, com a participação dos professores, o currículo. Houve um debate sobre a lei para pensarmos como ela pode ser trabalhada. O currículo estadual resultou na elaboração de sete cadernos. O primeiro expôs concepções sobre educação e qualidade da aprendizagem, incluindo todas as leis da educação. No segundo constam os dados de evasão e repetência dentro do estado. No terceiro caderno é apresentada a visão de cada área do conhecimento e as diretrizes que se quer para o ensino. A Lei nº 10.639 foi contemplada. No caderno quatro há relatos de práticas bem-sucedidas e no quinto há a matriz para o ensino de todas as áreas do conhecimento. O caderno seis traz uma sequência didática com sugestões de brincadeiras de origem africana e indígena. Já no caderno sete é apresentada uma discussão sobre o sertão goiano e as identidades multiculturais do estado. Temos subsecretarias regionais com comunidades inteiras, formadas por afrodescendentes, como as de Mineiros e Campos Belos, que abrange os calungas de Cavalcante.

A promulgação de uma lei é uma medida válida quando se trata de reconstruir a identidade cultural de um país?

Alex Ratts – Algumas leis, desde a Constituição de 1988, são conhecidas como formadoras da nação. Então, qualquer legislação que atenda a indígenas, mulheres, negros e outras minorias é importante e nasce de uma mobilização social anterior. Não é a lei que vai modificar a realidade, mas chama a atenção para que os temas sejam discutidos. É preciso que falemos sobre racismo nas escolas, sobre a participação negra na construção do Brasil e das cidades. Existe uma África que não aparece só em dois ou três momentos da história da humanidade. Essa lei pode ser considerada um instrumento de reinterpretação do Brasil e das nossas relações pessoais. No país temos essa noção de que as leis são para nos obrigar a algo, mas é preciso entender que algumas normas partiram de uma demanda social.

Quando consideramos a implantação de cotas nas universidades e as mudanças nos currículos do ensino básico, podemos afirmar que existe uma política de inclusão social para os negros e afrodescendentes?

Alex Ratts – Desde 2001 há discussão sobre a implementação das cotas nas universidades brasileiras ou outro sistema de ingresso da população negra no ensino superior público ou privado. A entrada de mais estudantes nas universidades não é apenas uma questão numérica. Significa que há mais estudantes e professores preocupados em discutir a temática nas áreas de Saúde, Ciências Exatas, Filosofia e Artes. A mudança é mais nesse sentido porque as minorias procuram meios de relacionar sua formação e sua identidade cultural com um trabalho que pode ser feito depois.

Como os alunos se comportam quando vão discutir em sala de aula a temática proposta?

Mônica Martins – Eles trazem um olhar que, em geral, não é construído dentro da escola. As imagens das africanidades é construída pela mídia, pelas instituições como igreja e família, e é muito comum que as crianças e adolescentes sejam movidos por concepções de um continente homogêneo e marcado apenas por pobreza e miséria. Como se todos os africanos partilhassem de uma cultura comum. Mas a escola é um espaço de problematização da cultura e do sujeito e esse pode ser um ponto de partida. Há uma dificuldade da própria identificação do que é ser negro, saber quem é negro no Brasil.

Marcilene Pelegrine – O que percebemos é que os professores conseguiram aproximar os alunos da discussão por meio de manifestações culturais como dança e música. Uma orientação que damos sempre é que a temática não é para ser trabalhada apenas em datas comemorativas, como a Abolição da Escravatura ou o Dia da Consciência Negra, quando são organizadas atividades diferenciadas e toda a discussão acaba aí. O importante é buscar a ancestralidade africana, discutindo o sentido das identidades. O que desejamos é que não haja uma formação estanque e esporádica. É necessária uma formação que de fato se torne contínua. Se isso não ocorrer, não há profundidade, mas apenas a criação de outros folclores e mitos.

No Artigo 79, alínea b, da lei está instituído que o calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como Dia Nacional da Consciência Negra. Qual é a importância dessa data?

Alex Ratts – Nessa data, no ano de 1645, foi assassinado Zumbi, último líder do Quilombo dos Palmares, destruído depois de quase 30 expedições. Então, o movimento negro e depois outros movimentos sociais convencionaram, desde 1971, utilizar essa data para marcar o Dia Nacional da Consciência Negra. Antes disso, no Brasil, geralmente, só se falava na população negra em 13 de maio, dia da Abolição da Escravatura, valorizando a figura da princesa Isabel. Então, 20 de novembro tem uma referência política e cultural.

É importante recuperar personagens negros tidos como heróis ou líderes?

Alex Ratts – Com certeza. Mas não uma imagem de herói apenas de figuras já referendadas. É preciso mostrar pessoas de referência, não só do mundo político ou gestores, mas também nomes como João Cândido, que liderou a Revolta da Chibata, em 1910. Intelectuais negros que têm marcado a vida cultural e política do Brasil, como Maria Fernanda dos Reis, a primeira romancista abolicionista. Há, pelos menos nos séculos XIX e XX, figuras importantes do mundo das artes e da cultura a serem relembradas. Temos até mesmo Machado de Assis, que era um afrodescendente. Não seria simplesmente uma lista de heróis, mas sim de pessoas de referência.

O que dizer às pessoas que não concordam com as cotas e o ensino da cultura afrodescendente nas escolas?

Alex Ratts – Gostaria que fosse feito um exercício simples de olhar para a cor das pessoas que lideram empresas, os governos em todas as esferas e os órgãos públicos deste país. Em regra, são homens e brancos. O racismo é uma construção de barreiras, uma forma de desumanização combinada com a pobreza e as descriminações de gênero. Costumo dizer que todos nós sabemos do que estamos tratando. Então, devemos rebobinar o próprio filme, olhar para os lados na sociedade brasileira e tentar nos informar a respeito, porque às vezes acontece algo do tipo não li e não gostei. No fundo, a marca do corpo e da cor da pele é muito forte no Brasil e é em razão disso que as pessoas são discriminadas. Ser negro é também uma questão de descendência e identificação. O Brasil é um país interessante porque ouvimos música negra e somos cobrados pelas cotas. Podemos nos aproximar do mundo negro por afetividade e pela cultura, mas, quando se trata da ascensão política do negro somos contrários. Esta é a contradição que precisamos resolver no país: assumir que o racismo existe na sociedade.

Qual a maior dificuldade no processo de transmissão e conservação de uma memória coletiva?

Mônica Martins – Quando trabalhamos a questão da memória, é importante que sejam valorizados os diferentes grupos de uma sociedade. Percebemos no Brasil que há uma construção histórica e social que valorizou a história das elites, enquanto vivemos hoje um momento de revisão desses lugares de memória. Ressalto, por exemplo, que o dia 20 de novembro tornou-se um "lugar" de tentativa de positivação da memória africana, que não nasce pronta, e, sim, é construída ao longo de um processo. Esses lugares de lembrança precisam ser definidos para que a memória coletiva represente realmente a diversidade.

Fotos: Carlos Siqueira

Mônica Martins

Alex Ratts

Marcilene Pelegrine

Márcia Aparecida Vieira

MICROCHIPS QUÍMICOS DESCARTÁVEIS: ANÁLISES MAIS RÁPIDAS E MAIS BARATAS

Instituto de Química da UFG produz *microchips* descartáveis que, além de mais econômicos que os convencionais, podem ser utilizados para análises químicas e clínicas em diversas áreas

Angélica Queiroz

Os *microchips* analíticos são ferramentas modernas para análises químicas quantitativas e qualitativas em escala reduzida. Essa tecnologia, também conhecida como Lab-on-a-Chip, foi desenvolvida no início da década de 1990 por um grupo americano e passou a ser implementada no Brasil apenas entre 2002 e 2003. Esses *microchips* podem ser fabricados com base em diferentes técnicas, entre elas, o processo de impressão a *laser*.

O primeiro passo é fazer os desenhos dos *chips* por meio de um *software* no computador. Em seguida, é preciso imprimir a *laser* os desenhos em transparências. Depois, com o uso de um perfurador de papel é possível ter acesso aos pequenos canais dos *chips* e, finalmente, plastificá-los de modo a obter um sistema com microcanais vedados. É esse o processo básico de produção dos *microchips* descartáveis, desenvolvidos pelo professor Wendell Karlos Tomazelli Coltro e alguns de seus alunos no Instituto de Química da UFG.

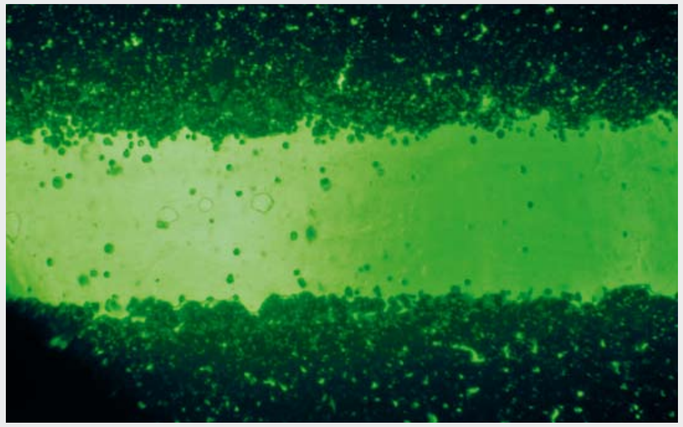
As análises com os *microchips* podem ser feitas por meio de diferentes métodos. O mais utilizado é a aplicação de um potencial elétrico para promover o movimento das amostras de um ponto do *chip* para outro. Quando esse potencial é aplicado, as amostras se separam, mostrando os diferentes materiais de que são compostas. Mas as análises também podem funcionar estimulando uma reação química que promova uma alteração na cor da solução. "Nesse caso, seria só capturar a imagem com uma câmera de celular, por exemplo, e analisá-la em um *software* gráfico", explica Wendell.

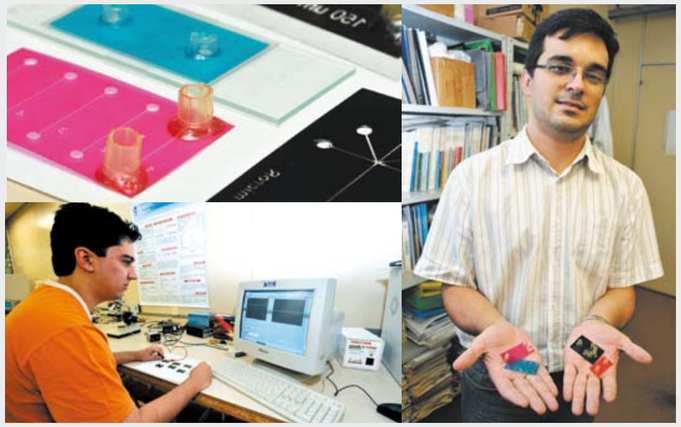
Essa tecnologia foi desenvolvida e patenteada por pesquisadores do Instituto de Química da Universidade de São Paulo (USP) em 2002. A produção desse tipo de *microchip* é objeto de estudo do professor Wendell desde 2003, quando desenvolvia seu projeto de mestrado na USP de São Carlos. Desde então, já foram registradas outras duas patentes sobre o uso de *toner* para produção desses *microchips* químicos, ambas pela USP de São Carlos.

Os produtos patenteados fizeram parte do projeto de doutorado desenvolvido por Wendell Coltro em São Carlos. Desde 2009, quando veio lecionar na UFG, o professor desenvolve seus estudos aqui e já tem um grupo de pesquisa em fase de implementação, contando ainda com a colaboração da USP, da Unicamp e da Universidade do Kansas, nos Estados Unidos.

Atualmente, na UFG, a pesquisa está direcionada para o uso de *toner* colorido na fabricação dos *microchips* analíticos. Segundo o professor, estudos preliminares mostraram que esse tipo de material é mais eficiente que o *toner* de impressora a *laser* em preto e branco. Esses estudos ainda não estão concluídos, mas o professor ressalta ser quase certo que a diferença na eficiência das análises se deva à composição do *toner*. O projeto é desenvolvido com alunos de diferentes cursos por meio dos programas de iniciação científica.

A linha de pesquisa não se restringe à química analítica. O projeto envolve outras vertentes, como eletrônica, engenharia de *software* e automação associada à química analítica instrumental. "O termo técnico, Lab-on-a-Chip, induz à ideia de integração de várias etapas analíticas em um único *chip*. E essa filosofia classifica a área em que atuo como uma área interdisciplinar", explica Wendell, que conta, nesse projeto, com alunos de quatro cursos da UFG: Química, Engenharia Química, Farmácia e Engenharia da Computação.

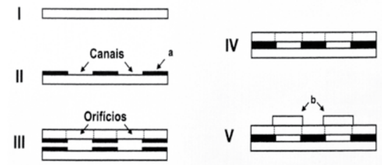


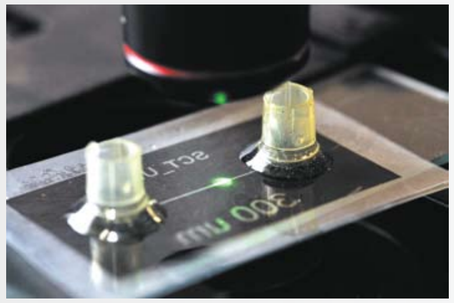


Estudante verifica o comportamento das amostras submetidas a variação de potencial elétrico. Ao lado, nas mãos do professor Wendell Coltro, os microchips

PROCESSO DE FABRICAÇÃO

Esquema de fabricação de *microchips* de poliéster-*toner* pelo processo de impressão direta, com a posterior perfuração de orifícios, laminação com dupla camada de *toner* (a) e acoplamento de tubos de silicone (b)





Fotos: Carlos Siqueira

Da esquerda para a direita, visão ampliada do canal do microchip, detalhe observado ao microscópio, e estudante do curso de Química em uma das etapas do processo de análise

A PRODUÇÃO DESSES MICROCHIPS DESCARTÁVEIS REQUER INSTRUMENTOS DE BAIXO CUSTO, COMO IMPRESSORA A LASER, PERFURADOR DE PAPEL E PLASTIFICADORA DE DOCUMENTOS.

Vantagens - O custo de produção dos *chips* convencionais, fabricados em vidro e silício, é elevado, principalmente porque são necessárias salas com controle absoluto de limpeza e sua produção demanda muito tempo, normalmente 24 horas. Além disso, o processo de fabricação requer equipamentos com custo em torno de R$ 1 milhão. Atualmente já existem empresas internacionais que comercializam esses *microchips* analíticos, a um preço aproximado de US$ 100 a unidade.

Já os *microchips* de *toner* podem ser produzidos em ambiente normal porque não necessitam de controle especial para garantir sua eficiência. Além disso, eles são produzidos em cerca de dez minutos, com um custo aproximado de apenas dez centavos de real. A produção desses *microchips* descartáveis requer instrumentos de baixo custo, como impressora a *laser*, perfurador de papel e plastificadora de documentos. Ou seja, um laboratório para fabricação desses dispositivos pode ser montado com, aproximadamente, R$ 2 mil.

O professor Wendell Coltro destaca que a análise química em microescala é, economicamente, muito atrativa. Para efeitos comparativos, uma análise química em escala convencional é realizada entre 30 e 60 minutos, consumindo volumes de amostra da ordem de mililitros ou litros. Por outro lado, as análises nos *microchips* são realizadas em segundos e o volume consumido é da ordem de 10^{-9} a 10^{-12} litros. Nessa escala, 1 ml de amostra é suficiente para uma jornada de oito horas de análises. "Esses aspectos, sem dúvida, contribuem para o meio ambiente, reduzindo a quantidade de resíduos descartados. Adicionalmente, os sistemas também são portáteis e podem ser transportados para análise no campo", explica o professor.

Outra vantagem dos produtos desenvolvidos por Wendell Coltro é que eles podem ser utilizados em diversas áreas: farmacêutica, ambiental, engenharia de alimentos, biologia e várias outras. Um dos objetivos do grupo, por exemplo, é aplicar esses dispositivos analíticos na área de diagnósticos clínicos. "Estamos buscando parcerias com o objetivo de desenvolver *kits* para diagnósticos de doenças tropicais, como doença de Chagas, dengue, malária, entre outras", destaca Wendell. O professor explica que a diferença entre uma análise e outra é apenas o tipo de amostra a ser utilizada ou o método de detecção (sensor ou biossensor) empregado para emitir o resultado da análise.

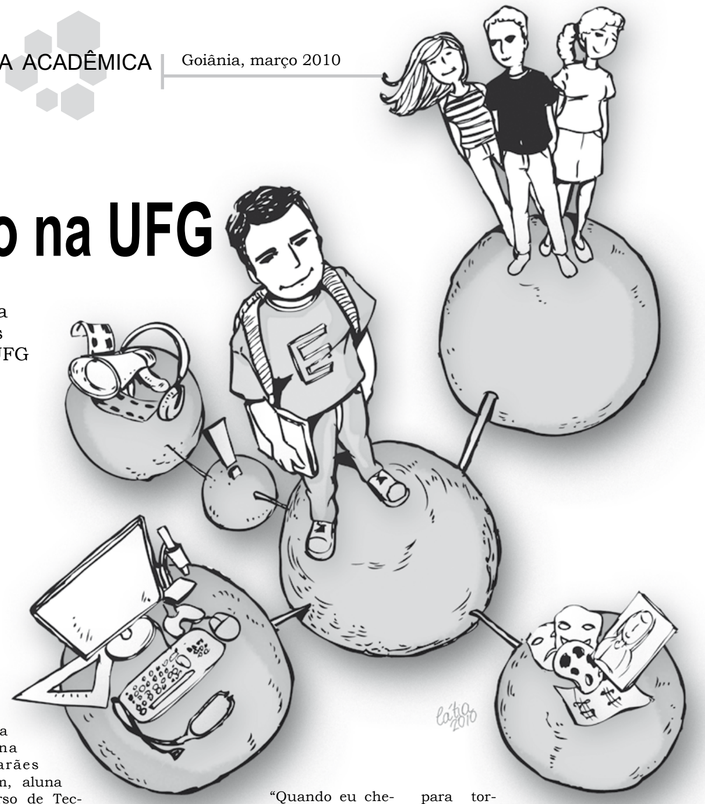
Dificuldades – Em um estudo publicado recentemente, Wendell demonstrou que os *microchips* de *toner* podem ser aplicados em análises químicas da mesma maneira que os *chips* convencionais (como vidro, silício e polímeros). Entretanto, embora o baixo custo desses dispositivos possibilite sua classificação como "descartáveis", uma das dificuldades para o seu emprego se refere à estabilidade química do sistema em que se aplica o *toner*.

O principal problema é que a química envolvida na fabricação desses novos produtos é mais complexa que a dos materiais convencionais e ainda não está completamente entendida. Por esse motivo, podem ocorrer problemas com a repetibilidade das análises. No entanto, o professor garante que essa dificuldade será eliminada em breve. "Estamos trabalhando para ter um domínio completo desse sistema. Os alunos voluntários de iniciação científica que colaboram na pesquisa têm mostrado muita dedicação ao projeto e já estamos obtendo resultados inéditos para compreender integralmente os efeitos gerados nesse novo material", esclarece.

Wendell Coltro ressalta ainda que os *microchips* de *toner* apresentam uma enorme potencialidade comercial, já que são mais econômicos que os convencionais, podendo, inclusive, ser levados para análises no campo. Mas, segundo ele, ainda existem dificuldades para que o produto seja lançado no mercado.

A vivência do estágio na UFG

Dezenas de alunos concorrem aos editais de seleção para estágio não obrigatório na universidade. Conheça alguns desses estagiários e o que pensam sobre o trabalho na UFG



Agnes Arato

É senso comum a importância do estágio para a formação do estudante. A vivência em um ambiente profissional real e a aplicação na prática de conceitos aprendidos em sala de aula são fundamentais para complementar a formação acadêmica. Por isso não é surpresa a procura dos estudantes pelas vagas de estágio não obrigatório que a UFG disponibiliza periodicamente.

A concorrência é alta, mas a oferta também: só em 2009 foram selecionados 252 estudantes que hoje estagiam em órgãos e departamentos da universidade, entre alunos da própria UFG e de outras instituições, já que os editais permitem que discentes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG, antigo Cefet Goiás), Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás) e Universidade Estadual de Goiás (UEG) participem da seleção.

É o caso da estudante Jônia Alves Costa, que cursa Tecnologia em Planejamento Turístico no IFG e estagia no gabinete da Reitoria da universidade. Jônia, que já tinha cumprido estágio obrigatório no próprio IFG, fez a inscrição na seleção da UFG pensando em adquirir mais experiência. Gostou tanto que está triste com o fim do contrato. "No começo, quando vim para a UFG, achei que ia estranhar, por ser de outra instituição. Mas foi tranquilo, o pessoal me recebeu muito bem. Eu já estou achando ruim que meu contrato está acabando! Vou sentir falta daqui", garante.

Outras áreas – Adquirir habilidades e conhecimentos que não estão ligados diretamente à área do estudante é considerado pela maioria dos estagiários como a grande vantagem do estágio não obrigatório. A experiência de Lucas Marcos Batista, que faz licenciatura em Matemática no Instituto de Matemática e Estatística (IME/UFG) e estagia no Departamento de Assuntos Acadêmicos (DAA), demonstra isso: "O estágio deu uma visão de uma nova área, a administrativa, que me fez até pensar em cursar Administração. Outra coisa que me acrescentou é que eu tive um conhecimento da universidade, dos meus direitos, que antes eu não tinha", atesta o estudante.

Carla Cristina Guimarães Amorim, aluna do curso de Tecnologia em Redes de Comunicação do IFG e estagiária do Centro de Recursos Computacionais (Cercomp), concorda: "No estágio eu não aprendo só a consertar uma máquina: eu aprendo a lidar com pessoas, com situações diferentes, com um ambiente profissional", afirma Carla.

Amizades – Outro ponto em comum entre os estagiários entrevistados é a satisfação com o ambiente de trabalho. "Quando eu cheguei, meus chefes já me situaram no trabalho e os meus colegas me ajudaram. Eu me sinto parte da equipe!", afirma Carla Amorim. Lucas Batista concorda: "Fiz amigos entre os estagiários do próprio DAA e de outras seções da Reitoria, a gente inclusive almoça junto", diz o estudante.

Afinal, a experiência acadêmica não se resume à sala de aula, não é mesmo? E o estágio é um dos caminhos para tornar essa experiência mais completa. Se você é estudante e ficou animado em se candidatar a uma das vagas de estágio não obrigatório que a UFG oferece fique sempre atento aos sites www.ufg.br e www.prograd.ufg.br, em que as oportunidades são publicadas. Vale a pena! O estagiário Lucas recomenda: "Hoje a minha vida é aqui no câmpus. Até sinto falta no final de semana!", garante o estudante.

Universidade aperfeiçoa o processo de matrícula dos calouros

Carlos Siqueira

Matrícula 2010 reúne servidores da Prograd e do DAA, coordenações dos cursos, DCE e projeto Vidas por Vida

Anos de estudo, às vezes mais alguns de cursinho, horas de prova, tensão, ansiedade: o vestibular é mesmo uma maratona! Não é à toa que, após o resultado positivo, o dia da matrícula na universidade seja tão especial para os calouros.

A UFG, que leva muito a sério toda essa expectativa, preparou com cuidado a matrícula de 2010 dos novos estudantes, realizada nos dias 11 e 12 de fevereiro. "Este momento é a primeira imagem que o estudante vai ter da universidade. Por isso nossa preocupação com a organização, em aperfeiçoar cada vez mais o processo de matrícula, para receber da melhor maneira possível o estudante recém-aprovado no vestibular", explica a pró-reitora de Graduação Sandramara Matias Chaves.

Essa preocupação se traduziu em uma equipe de quase 200 pessoas envolvidas na preparação e na condução dos dois dias de matrícula, entre coordenadores de curso, secretários e o pessoal de apoio do Departamento de Assuntos Acadêmicos (DAA) e da Pró-reitoria de Gradução (Prograd). Com isso, o calouro realizava a matrícula e ainda tirava a fotografia para o crachá da universidade no menor tempo possível. Isso sem contar o pessoal do Diretório Central dos Estudantes (DCE), que confeccionou as carteirinhas dos novatos, e da equipe do Vidas por Vida, que coletou 72 bolsas de sangue com o trote solidário.

O atendimento impressionou os novos alunos, que elogiaram o trabalho da Prograd. "Achei que fosse esperar mais, foi muito rápido", disse Guilherme Ferreira, calouro do curso de Química. Ainda eram 8h20 da manhã do primeiro dia de matrícula e ele e Ariel Sodré, também calouro de Química, já estavam a caminho do espaço onde tirariam a fotografia para o crachá.

Outro que estava impressionado com o andamento da matrícula era Rogério Rassi, pai da caloura de Medicina Camila Vilela: "Está um espetáculo. Muito organizado, com pouco tempo de espera... e esse novo prédio [o Centro de Cultura e Eventos] da universidade é fantástico", aprovou Rassi.

Segundo a pró-reitora de Graduação, está prevista uma avaliação da matrícula 2010, importante para corrigir os problemas que ainda existem, como os candidatos que se inscrevem pelo UFGInclui mesmo sem atender aos pré-requisitos fixados em edital. "Precisamos criar um mecanismo para evitar receber candidatos aprovados pelo UFGInclui que não tenham cursado os três anos do Ensino Médio e os dois últimos do Fundamental em escola pública, pois hoje a comprovação é exigida somente no ato da matrícula. Esse tipo de ação é definida na avaliação posterior do processo", afirmou a pró-reitora. Assim, a matrícula da UFG continuará sempre evoluindo.

A peculiaridade da formação em saúde

Residência é uma especialização em que o profissional passa por intenso treinamento prático. Conheça um pouco de três cursos dessa modalidade oferecidos pela UFG

Patrícia da Veiga

Atualmente, a pós-graduação *lato sensu*, também chamada de especialização, é frequente em todos os campos profissionais. Trata-se de uma fase para aprofundar conteúdos, abordá-los de forma mais específica, gerar um princípio de pesquisa e dialogar com a prática. Na área da saúde, contudo, há uma peculiaridade chamada residência. Com carga horária de mais de cinco mil horas, um estudante residente não apenas especializa-se em determinada subárea, como também passa por um intenso treinamento em serviço, que pode levar dois, três ou até cinco anos.

A UFG, apoiada pela estrutura e a equipe de profissionais do Hospital das Clínicas (HC), bem como professores e estudiosos de cursos como Medicina, Enfermagem, Farmácia, Nutrição, Odontologia, entre outros, oferece três tipos de residência: médica, multiprofissional em saúde e multiprofissional em saúde da família. Cada uma tem sua particularidade, mas todas elas têm como meta fornecer subsídios para que o graduado torne-se um especialista e, ao mesmo tempo, tenha domínio prático de suas atividades. Para tanto, exigem dedicação exclusiva e remuneram seus alunos com uma bolsa de aproximadamente R$ 2 mil mensais.

Fotos: Carlos Siqueira

Desafios no centro cirúrgico marcam a rotina de um residente em Anestesiologia, como Valdblan Freitas

Há na residência uma estrutura hierárquica diferenciada na relação ensino-aprendizagem: além dos professores na sala de aula, se faz presente a figura do preceptor, profissional que acompanha as tarefas do dia a dia das unidades de saúde. Isso leva os cursos de residência a funcionar em regime integral e a lidar com a rigidez da repetição das ações. "Treinamos e observamos muito até assumir os procedimentos, pois convivemos em um ambiente tenso e de muita responsabilidade", comenta Valdblan Ricardo de Freitas, que cursa o terceiro e último ano da residência médica em Anestesiologia e, na rotina do centro cirúrgico, acompanha os pacientes para que não tenham complicações nem antes e nem depois de passarem pela mesa de operações.

Medicina – As primeiras residências médicas surgiram no Rio de Janeiro e em São Paulo, por volta de 1940. Em Goiás, a Faculdade de Medicina (FM) e o HC inauguraram essa modalidade de ensino antes mesmo de sua regulamentação no Brasil. "Sob nomes como estágio e treinamento em especialização, eram cursos com o objetivo de habilitar um médico generalista", lembra o professor Onofre Alves Neto, coordenador da Comissão Regional de Residência Médica (Coreme). Esse órgão é o responsável pelo treinamento em serviço dos médicos no estado, seguindo normas estabelecidas pela Comissão Nacional de Residência Médica (CNRM) com base no Decreto nº 80.281, de 1977.

Para o diretor do HC, José Garcia Neto, além de ter contato com a prática, é na residência também que os profissionais aprendem sobre a estrutura e o funcionamento dos sistemas público e privado de saúde, tomando ciência de suas limitações, suas regras e seus modos de sobrevivência. "Não existe maneira melhor de inserir o jovem médico no mercado de trabalho", opina. Por isso é que, muitas vezes, a especialização funciona como uma imersão na realidade. "Sentimos, finalmente, que o paciente é nosso", comenta Alline Munis, médica residente em Pediatria, que diz sentir-se bem por acompanhar os detalhes da vida das crianças que atende.

Aproximadamente 200 médicos residentes atuam anualmente no HC. A cada ano, entram 61 recém-formados, distribuídos entre 21 especialidades. Referência em todo o Brasil, a residência médica da UFG recebeu, em seu último processo seletivo, a inscrição de 1.047 aspirantes. A área mais disputada é a Dermatologia, em que concorreram, no último processo seletivo, 42 candidatos por vaga.

Para a médica Alline Munis, é na residência que ela pode acompanhar melhor cada criança que atende

Demandas – Outra peculiaridade da especialização com treinamento em serviço é que ela pode nascer da própria prática. Com as residências multiprofissionais em saúde e em saúde da família foi assim. A primeira, inaugurada em 2010, tem a perspectiva de atender aos setores de urgência e emergência do HC, que dependem de psicólogos, enfermeiros, fonoaudiólogos, fisioterapeutas, nutricionistas, odontólogos e assistentes sociais. "É um quadro existente na saúde que há muito demandava formação multidisciplinar. Juntos, profissionais, estudantes e professores de várias áreas vão estudar e discutir caso a caso", comenta Eulange de Souza, assistente social e coordenadora do curso.

Já a residência multiprofissional em saúde da família retira-se de prontos-socorros, hospitais e clínicas e dedica-se a uma modalidade de tratamento integral da saúde das pessoas. Para tanto, tem como meta orientar seus alunos para as atividades do Programa de Saúde da Família (PSF), coordenado pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Uma proposta ainda recente na UFG, a orientação dessa residência é enxergar o paciente sempre em seu contexto e sua forma de vida. "Buscam o curso predominantemente enfermeiros, mas temos vaga para nutricionistas, odontólogos, farmacêuticos e, futuramente, também para professores de Educação Física", afirma Maria Alves, professora da Faculdade de Enfermagem (FEN), que coordena esse programa.

Câmpus Jataí projeta expansão da unidade Jatobá

Primeira etapa de implantação da "cidade universitária" deve ficar pronta em maio de 2010

Kharen Stecca

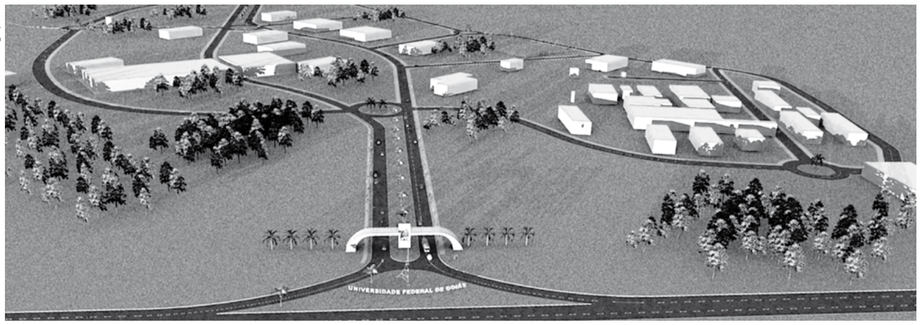
A expansão das universidades trouxe consigo o desafio de crescer de forma planejada e organizada. Diante da nova realidade desenhada com o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), o Câmpus Jataí elaborou para a unidade um plano de o crescimento a longo prazo, de forma organizada e harmônica.

Em 2008 a atual diretora, Sílvia Correa Santos, nomeou uma comissão de professores e servidores para desenvolver estudos e definir a forma de expansão dentro do espaço da Unidade Jatobá. Foram analisados a topografia, o traçado das vias de acesso, além dos quesitos ambientais e paisagísticos para o território. Professores das coordenações instaladas no câmpus também foram ouvidos e as sugestões recebidas, discutidas e avaliadas. Com a conclusão dos trabalhos da comissão, o Plano Diretor do Câmpus Jataí foi apresentado à comunidade em 2009.

"O Plano Diretor é um sonho antigo", declarou o professor Américo Nunes, um dos responsáveis pelos trabalhos. Segundo ele, em 1997, quando foi doada a área para a criação do Centro de Ciências Agrárias, já se pensava em planejar harmonicamente o crescimento do câmpus. Apesar de o projeto ter sido criado, foi considerado utópico para a época. Tempos depois, o sonho tornou-se uma necessidade: o câmpus, que tinha apenas oito cursos há cinco anos, passou a ter 20 cursos de graduação em 2009.

Américo Nunes explicou que foram traçadas a setorização do câmpus e as diretrizes a serem seguidas por todas as novas construções, como a distância e o plantio de árvores entre os prédios, visando ao conforto térmico das estruturas, a posição dos prédios no sentido leste-oeste, de forma a evitar a incidência direta dos raios solares, a posição das salas de aula, prevendo a dispersão dos estudantes, de modo a evitar que o barulho atrapalhe o bom desempenho das atividades acadêmicas, além da centralização das atividades administrativas em uma só área. Segundo Américo, um dos grandes problemas da expansão dos prédios são as redes de energia, que acabam consumindo grande parte dos recursos destinados às obras. E em 2010, uma parte do recurso federal será investida na construção de estrutura elétrica da cidade universitária.

Divulgação



Plano prevê setorização do câmpus que terá capacidade para atender a 15 mil estudantes

A direção do câmpus procurou o atual prefeito de Jataí, Humberto Machado, propondo uma parceria para a criação da cidade universitária. Os técnicos da prefeitura auxiliaram no traçado do desenho do Plano Diretor e a administração municipal empenhou-se para a execução do projeto. Ainda em 2009 começaram os trabalhos de abertura das vias de acesso ao câmpus. Até maio de 2010, deverá estar concluída a primeira parte do projeto que contempla a construção pavimentada do novo acesso ao câmpus e de um portal de entrada. Além dos recursos federais e do apoio da prefeitura, o Câmpus Jataí contou com recursos advindos de emendas parlamentares, o que permitiu a materialização da primeira etapa de implantação da cidade universitária. Até a conclusão do projeto, serão gastos cerca de R$ 3,5 milhões.

Os resultados do planejamento já começam a ser percebidos, segundo Américo: "Só a perspectiva de criação do Plano Diretor já foi suficiente para elevar a autoestima da comunidade universitária". A intenção do projeto é que o Câmpus Jataí torne-se um parque urbano, a exemplo de outros parques existentes na cidade. "Com isso a comunidade entenderá que o câmpus é parte de Jataí", declarou o professor Américo Nunes.

A cidade universitária, com capacidade para 15 mil estudantes, terá um grande eixo de circulação com pistas duplas de 1,5 km de comprimento, um canteiro central de 15 metros, uma praça central de cerca de seis hectares, oito quilômetros de asfalto e cerca de 160 postes de energia com cabeamento subterrâneo e hastes de ferro, além de 8,5 hectares de gramado.

GOIÁS

Nova equipe integra o Câmpus Goiás

A cidade de Goiás acaba de receber novos moradores. Trata-se de quatro professores assistentes e sete servidores técnico-administrativos que, a partir de fevereiro, passaram a compor o quadro da UFG, sendo lotados no câmpus desse município. Todos foram aprovados em concursos públicos realizados ao longo de 2009. Dos professores, três são do curso de Filosofia e um é de Serviço Social. Já a lista dos servidores inclui uma bibliotecária-documentalista, uma secretária executiva, dois administradores, uma auxiliar e duas técnicas em assuntos educacionais.

CATALÃO

Projeto monitora famílias atingidas pela Usina Hidrelétrica da Serra do Facão

Adriana Rodrigues

O Núcleo de Estudos e Pesquisas Socioambientais (Nepsa) e o Departamento de Geografia do Câmpus Catalão desenvolvem, desde agosto de 2009, um projeto que visa monitorar a qualidade de vida da população diretamente afetada pela formação do Reservatório da Hidrelétrica Serra do Facão, construída no Rio São Marcos, na divisa entre os estados de Goiás e Minas Gerais. O projeto caminha na mesma direção do Programa de Indenização e Remanejamento das Famílias, implantado pelo empreendimento para compensar os impactos socioeconômicos e culturais sobre a população.

O objetivo, segundo a coordenadora do projeto, professora Estevane de Paula Pontes Mendes, é saber se as pessoas estão adaptadas ao local para onde se mudaram e, também, se estão inseridas na economia da região, uma vez que são retiradas de suas origens produtivas e possuem baixa escolaridade. Além disso, para a coordenadora, muitas famílias que foram deslocadas têm uma relação emocional forte com o local em que viviam e, por isso, é importante que se desenvolvam ações e programas que ofereçam segurança a essas famílias quanto ao seu futuro.

A atividade é iniciada ainda na moradia original da família e continua após os remanejamentos. Segundo Estevane, inicialmente foi feito um diagnóstico preliminar da situação socioeconômica dessas famílias. O primeiro monitoramento será realizado na segunda quinzena de março, após o encerramento da safra de milho, cultura tradicional na região. Prevista para durar três meses, a pesquisa de campo com as famílias remanejadas deve levar em consideração indicadores como renda familiar, meios de transporte, condições sanitárias e consumo de energia elétrica.

A Serra do Facão Energia S.A. (Sefac) é uma sociedade de propósito específico (SPE), constituída pela estatal Furnas Centrais Elétricas. De acordo com a Sefac, serão diretamente atingidas pelo futuro reservatório cerca de 400 propriedades, havendo moradores em aproximadamente 30% delas. A área total inundada será de 400 km², abrangendo cinco municípios goianos (Catalão, Campo Alegre de Goiás, Cristalina, Davinópolis e Ipameri) e um de Minas Gerais (Paracatu). A previsão é que a Usina Hidrelétrica esteja em pleno funcionamento até o fim de 2010.

Já o projeto de monitoramento das famílias envolvidas está previsto para acabar em setembro de 2012. Estevane explica que, nesse período, as famílias envolvidas serão entrevistas todos os anos. Cerca de 20 pessoas, entre professores, pesquisadores e alunos bolsistas do Câmpus Catalão participam do projeto. No final do ano passado, um convênio firmado entre a Sefac e o Nepsa permitiu a aquisição de carros, computadores e outros equipamentos para auxiliar os pesquisadores no trabalho de campo. "Esse convênio nos dá condições de melhorar continuamente nosso trabalho. É uma parceria que está rendendo frutos", avaliou a coordenadora.

Biblioteca Setorial funcionará em sede provisória

A partir de abril e ao longo de todo o ano de 2010, a Biblioteca Setorial do Câmpus Colemar Natal e Silva (BSCAMI) funcionará provisoriamente no seguinte endereço: Rua 235, Qd. 70 Lt. 32, número 575, no Setor Universitário. O prédio está em fase de reforma e, por esse motivo, a BSCAMI está com seus serviços interrompidos temporariamente. Enquanto essa etapa durar, os livros emprestados aos usuários poderão ser devolvidos na Biblioteca Central, no Câmpus Samambaia ou na portaria da antiga BSCAMI, no prédio da Faculdade de Direito, localizado na Praça Universitária. O motivo dos transtornos é a construção de um novo prédio para a biblioteca, entre as Faculdades de Direito e de Educação. O projeto das novas instalações, resultado de um convênio entre a UFG e o Banco do Brasil, é de autoria do Centro de Gestão do Espaço Físico (Cegef). Abrange uma área de quatro mil metros quadrados em um edifício de três pavimentos, com previsão de inauguração para dezembro deste ano. A nova biblioteca contará com salas de leitura coletiva e individual, videoteca, espaço para periódicos, sala de obras raras e salas para cursos e treinamentos, entre outras.

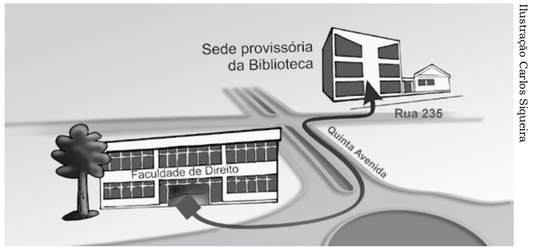


Ilustração Carlos Siqueira

Campanha 'O petróleo é nosso' é lançada durante calourada

A calourada unificada organizada pelo Diretório Central dos Estudantes (DCE) teve como tema, nesse primeiro semestre, "A ciência em disputa: por uma Universidade Popular". Fez parte da programação uma série de atrações que, segundo a organização, objetiva refletir sobre a democratização do acesso ao conhecimento e levantar questionamentos sobre a elitização e privatização da universidade pública brasileira.

Incluída na programação da calourada, a palestra do professor Ildo Luís Sauer, do Instituto de Eletrotécnica e Energia da Universidade de São Paulo marcou o lançamento da campanha "O petróleo é nosso" em Goiás. O evento, realizado no dia 2 de março, no auditório do Instituto de Estudos Socioambientais (Iesa), registrou a participação de alunos e professores da UFG. Ildo Sauer, que já ocupou o cargo de diretor executivo da Petrobras, sendo responsável pela área de Negócios de Gás e Energia durante quatro anos, propôs uma reflexão sobre o pré-sal e a produção petrolífera brasileira. "Esta é, talvez, a discussão mais importante para o Brasil nos últimos 100 anos", defendeu o professor da USP.

Ildo Sauer também destacou a história da Petrobras e mostrou diversas propostas para nortear o plano do governo nessa área, entre elas, a de que seja realizado um plebiscito para que a população decida os caminhos a serem tomados. "A nossa missão é desmistificar a natureza desse debate no Congresso Nacional", concluiu.

Calouros e veteranos acompanharam os argumentos do professor da USP

Vinícius Batista

Aproximando continentes

Separados geograficamente pelo Oceano Atlântico, o Brasil e alguns países africanos têm laços históricos que os unem desde a colonização. Atualmente, o governo brasileiro promove ações para aproximar-se mais desses países. Um dos exemplos é o Programa de Incentivo à Formação Científica de Estudantes Moçambicanos e Angolanos (PFCM), criado em 2007 que é coordenado e financiado parcialmente pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), com o objetivo de promover o treinamento científico desses alunos em instituições de ensino superior (IES) brasileiras. A UFG recebeu, em 2008 e 2009, 22 estudantes de Angola e Moçambique oferecendo formação em áreas como Farmácia, Odontologia e Medicina.

Os estudantes selecionados em suas instituições de origem são convidados a participar do programa. Os alunos também recebem duas bolsas no valor de 300 reais para despesas extraordinárias durante os dois meses de treinamento.

O PFCM permite que a UFG se consolide como instituição de referência na formação acadêmica de profissionais e aprenda bastante com a diversidade cultural e socioeconômica dos países participantes.

Vinícius Batista

No dia 14 de janeiro, cinco estudantes de Angola se reuniram com o vice-reitor, Eriberto Marin, a pró-reitora de Graduação, Sandramara Matias Chaves, a diretora do IPTSP, Regina Maria Bringel Martins, e professores das Faculdades de Farmácia e Odontologia

Acordo bilateral na Polônia

Divulgação

Em fevereiro, o reitor da UFG, Edward Madureira Brasil e a coordenadora de Assuntos Internacionais, professora Ofir Bergemann, receberam propostas para assinar dois importantes acordos de cooperação bilateral com a Polônia, por ocasião da visita ao Leste Europeu com a comitiva oficial do Governo do Estado de Goiás. Passam a ser parceiras da UFG na troca de conhecimento a Universidade de Tecnologia de Poznan, que prevê intercâmbio entre diversos cursos das engenharias e também em tecnologia da informação, e a Universidade de Varsóvia, interessada especialmente nos estudos latino-americanos em ciências humanas.

UFG oferece atendimento psicológico

O curso de Psicologia da UFG informa que estão abertas as inscrições para o atendimento psicológico, oferecido gratuitamente a partir deste ano. Podem participar crianças, adolescentes, jovens, adultos, casais ou famílias de toda a comunidade. A iniciativa é pioneira na UFG. Interessados devem buscar informações pelo telefone (62) 2309-6203 ou comparecer à sala n° 115 da Faculdade de Educação (FE), onde funciona a secretaria do curso de Psicologia, das 13h às 19h.

Professor, fique atento aos editais

A Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação (PRPPG) informa que estão abertos vários editais de fomento e de concessão de bolsas para diversos níveis de investigação científica. A Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), por exemplo, tem várias chamadas públicas de incentivo ao desenvolvimento de tecnologias (assistivas, nanotecnologias, construção naval, cinema e audiovisual etc.). O Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) fomenta estudos dedicados a saneamento e infraestrutura. A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), por sua vez, oferece uma infinidade de bolsas para a realização de doutorado e pós-doutorado, além de intercâmbios para pesquisas conjuntas em países como Alemanha, Estados Unidos, Cuba e Uruguai.

Vale destacar que a maior parte dos editais tem seus prazos encerrados entre o fim de março e a primeira quinzena de abril. Para mais informações, acesse os sites:

- Finep – www.finep.gov.br
- Capes – www.capes.br
- MCT – www.mct.gov.br

Centro de Referência em Oftalmologia realiza atendimento em Confresa-MT

Ações constituem um dos maiores projetos comunitários na área de oftalmologia já realizados no país

Michele Martins

Dando continuidade aos atendimentos de saúde realizados em outubro de 2009, uma equipe de 30 profissionais do Centro de Referência em Oftalmologia (Cerof) da UFG, coordenada pelo professor da Faculdade de Medicina, Marcos Ávila, retornou à cidade de Confresa em Mato Grosso. A segunda etapa do atendimento ocorreu nos dias 21, 22 e 23 de janeiro de 2010 e, de acordo com o coordenador, foram beneficiados 2.185 pacientes carentes examinados na primeira etapa, além da capacitação para o atendimento oftalmológico de agentes comunitários de saúde da região. Ao todo foram 1.841 doações de óculos e 344 cirurgias, realizadas no Hospital Municipal de Confresa. Para isso, foi enviada para a cidade grande quantidade de equipamentos cirúrgicos de última geração.

Toda a ação foi possível após a assinatura de convênio entre a Fundação de Apoio ao Hospital das Clínicas da UFG (Fundahc) e a Prefeitura de Confresa, que assumiu os gastos com o transporte da equipe da UFG e com a doação de óculos. A iniciativa também teve o apoio do Conselho Brasileiro de Oftalmologia, da Associação Matogrosense de Oftalmologia e do Conselho Regional de Medicina do Mato Grosso.

Ação comunitária – A cidade de Confresa tem uma população de aproximadamente 17.200 habitantes e foi escolhida pelo Cerof por apresentar índice de saúde ocular muito abaixo dos níveis mínimos normalmente aceitos. Em virtude da grande demanda, em 2009 foram atendidas 2.577 pessoas e identificados 563 casos de cegueira legal e/ou funcional (22% do total de indivíduos examinados). Destes, 282 casos eram de catarata (11% dos examinados), que é causa de cegueira irreversível. Um índice muito alto, quando comparado com regiões do Brasil desprovidas de assistência oftalmológica, em que se registra um índice de 5%, em média.

De acordo com Marcos Ávila, os dados produzidos durante o atendimento foram devidamente registrados e serão comparados com informações demográficas (IBGE), índice de desenvolvimento humano (IDH) e variáveis socioeconômicas. Serão analisadas as principais causas de cegueira na região, com o objetivo de definir o índice QUALYS (anos de vida com saúde) e inferir o impacto produzido pela melhora da acuidade visual sobre a qualidade de vida local. Marcos Ávila anunciou também a implantação de um espaço avançado do Cerof naquela região. Para viabilizar essa iniciativa, está sendo implantado um consultório oftalmológico, com estimativa de três dias de atendimento por mês, feito pela equipe do Cerof.

Divulgação

Os pacientes atendidos foram, em sua maioria, adultos de baixa renda que puderam recuperar a visão e melhorar a qualidade de vida

Atuação do Centro de Referência – Criado no ano 2000, o Cerof, ligado ao Hospital das Clínicas da UFG, tem desenvolvido várias campanhas de saúde ocular. O órgão realiza cerca de 18 mil procedimentos por mês e dispõe de equipamentos de tecnologia de ponta para exames complexos, além de oferecer atendimento 24 horas por dia, em cuidados de urgência e emergência. Suas instalações estão entre as melhores do país e destaca-se pelos programas de saúde pública, residência médica e pós-graduação.

Estima-se que já foram atendidos, gratuitamente, mais de 1,3 milhões de pessoas por meio de projetos de extensão. O órgão mantém hoje ações comunitárias de grande alcance, como as realizadas em 246 municípios do estado de Goiás, no estado do Amapá e em uma comunidade indígena do norte do Mato Grosso, entre outros. Está em preparação um projeto de atendimento aos índios Tapirapé e outros projetos em cidades como Vila Rica e Água Boa, no Mato Grosso.

Projeto Rondon mobiliza professores e estudantes da UFG

Dois grupos compostos por alunos e professores da UFG participaram, no início de 2010, do Projeto Rondon, operação Centro-Nordeste. As atividades foram realizadas nas cidades goianas de Indiara, Itajá e Piranhas, localidades em que trabalharam, respectivamente, as equipes da Faculdade de Enfermagem (FEN), do Câmpus Colemar Natal e Silva, e das Coordenações de Geografia e Agronomia, do Câmpus Jataí. Para cada cidade escolhida eram direcionadas equipes de duas universidades distintas.

De acordo com a professora Cleusa Alves Martins da FEN, por meio de edital publicado pelo Ministério da Defesa, universidades de todo o país inscreveram projetos com propostas de trabalho. As propostas contemplaram áreas como educação, meio ambiente, cultura e saúde, com atividades focadas na interação com as comunidades para a socialização dos saberes, visando a soluções participativas para a melhoria do bem-estar dessas populações.

Foi com entusiasmo que a equipe da Faculdade de Enfermagem relatou a interação realizada com a comunidade do município de Indiara, no sudoeste goiano. No período de 22 de janeiro a 7 de fevereiro, seis estudantes e duas professoras da Faculdade de Enfermagem, em conjunto com seis integrantes da Universidade de Brasília (UnB), desenvolveram diversas atividades. Com uma população de aproximadamente 13.300 habitantes, Indiara foi um dos 18 municípios goianos escolhidos para a operação Centro-Nordeste, que envolveu os estados de Alagoas, Bahia, Goiás e Tocantins.

De acordo com a professora Claci Weirich da FEN, vivenciar todas as dificuldades que esse povo enfrenta, proporciona aos estudantes um novo olhar sobre as suas responsabilidades como cidadãos. Para a estudante Thays Angélica de Pinho Santos, a experiência foi muito importante, pois, sob a orientação das professoras, ela e suas colegas elaboraram o projeto e conduziram todas as atividades na comunidade.

Entre as atividades, destacaram-se as 55 oficinas sobre diversos temas como violência, sexualidade da infância à terceira idade, DST, automedicação, humanizaSUS, alimentação saudável, saúde da mulher e doenças como hanseníase e dengue, além de visitas ao lixão e às unidades básicas de saúde, plantio de mudas, criação de uma horta comunitária em uma escola municipal, compostagem e confecção de brinquedos com material reciclável. A programação das atividades era anunciada diariamente por uma rádio local, o que contribuiu para uma expressiva participação popular. A equipe da UFG estima que foram atendidas, nos 11 dias de atividades, cerca de 2.000 pessoas da comunidade.

Divulgação

Oficina sobre sexualidade feminina organizada pelas estudantes da Faculdade de Enfermagem do Câmpus Colemar Natal e Silva em Indiara, sudoeste goiano

De acordo com Claci Weirich, um projeto de extensão será proposto para dar continuidade aos trabalhos desenvolvidos no município. A professora também espera ministrar uma disciplina de núcleo livre para orientar estudantes de outras unidades acadêmicas sobre o Projeto Rondon e como elaborar projetos que atendam às especificações do edital do Ministério da Defesa.

Histórico – O Projeto Rondon teve seu início em 1969, com a proposta de ser um programa de integração social, coordenado pelo Ministério da Defesa. Retomado em 2005, o programa envolve a participação voluntária de professores e estudantes universitários em projetos sociais com uma nova roupagem que prioriza socialização de saberes e a capacitação de agentes locais. O projeto é hoje caracterizado pela realização de atividades marcadas pela parceria entre comunidade universitária, prefeituras e diversos ministérios, com suporte logístico e de segurança das Forças Armadas.

Faculdade de Odontologia da UFG tem centro de referência no tratamento de doenças da boca

Divulgação

Atenção às doenças bucais

Marcela Guimarães

Por detrás da simplicidade aparente, o cuidado com a boca envolve não só os dentes, mas também as glândulas salivares, os músculos da mastigação e todos os tecidos que compõem a região bucomaxilofacial. Para preencher essa lacuna na área da saúde, em 1998 foi criado, na Faculdade de Odontologia (FO), localizada na Praça Universitária, o Centro Goiano de Doenças da Boca (CGDB) dedicado à prevenção, diagnóstico e tratamento das lesões do complexo bucomaxilofacial. No CGDB são desenvolvidas atividades de extensão, formação de recursos humanos e pesquisa.

No âmbito da extensão, o centro funciona como um programa de assistência a toda população de Goiânia e entorno, além de receber pacientes de outros estados das regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste. Já a formação de recursos humanos abrange a graduação e a pós-graduação da FO. Os pós-graduandos atuam no atendimento a pacientes e em pesquisas (são aproximadamente 15 projetos de pesquisas em andamento), enquanto os alunos de graduação integram o processo de capacitação ao partilharem a experiência adquirida pelos professores que fazem parte da equipe do centro. Além da formação acadêmica, é oferecido treinamento para os profissionais da rede pública de saúde.

De acordo com a coordenadora do CGDB, Rejane Faria Ribeiro-Rotta, o foco do centro é o diagnóstico precoce e a prevenção do câncer bucal, campo no qual o CGDB é referência. O CGDB tem linhas de pesquisa voltadas para exames complementares, como técnicas tomográficas para o diagnóstico das lesões e biologia molecular aplicadas na investigação do comportamento biológico dos tumores.

Para desenvolver as atividades nessa área, o centro mantêm parcerias com outros órgãos de combate ao câncer no estado, como o Hospital Araújo Jorge da Associação de Combate ao Câncer em Goiás, Hospital das Clínicas, dentre outros. A parceria entre o CGDB e o Hospital Araújo Jorge, que já dura onze anos, tem um papel importante na redução do número de casos de pacientes com câncer em estágio clínico avançado, e, consequentemente, das mutilações e desinclusão social.

Segundo a coordenadora Rejane Faria, o diagnóstico precoce envolve também um trabalho integrado entre as diversas áreas da saúde. "O odontólogo deve ser um profissional da saúde e não o indivíduo que cuida do dente", comentou. Um exemplo da integração das áreas da saúde ocorre durante o processo de identificação dos sintomas da AIDS, já que, muitas vezes, as primeiras manifestações de problemas no sistema imunológico, causados por essa doença, ocorrem na cavidade bucal. Nesses casos o cirurgião dentista cumpre papel importante para ajudar o infectologista a estabelecer o momento adequado de usar o coquetel de remédios ou mudar o tratamento.

Outro serviço oferecido pelo CGDB é desenvolvido pelo Núcleo de Dor que atende a pacientes com dores crônicas na região crânio-facial. Por serem constantes e muito fortes, a maioria dessas dores requerem tratamento com abordagem multidisciplinar. A síndrome da ardência bucal é um exemplo, sendo muito frequente em mulheres e podendo estar relacionada à menopausa e anemias. "A boca é sede de uma série de sinais que permitem ao profissional de saúde diagnosticar com mais precisão, caso ele trabalhe de maneira multidisciplinar. Aqui nós temos essa parceria, inclusive com a Psicologia, a Fisioterapia e a Farmácia", explicou Rejane.

Dificuldades – O CGDB é composto por três setores – ambulatório de estomatologia, setor de diagnóstico por imagem e laboratório de patologia, atendendo a cerca de 600 consultas e realizando em torno de 7000 exames radiográficos e 6.000 anatomopatológicos anualmente. Do total de atendimentos, 80% são oriundos do Sistema Único de Saúde (SUS). Hoje, o CGDB-FO-UFG é mantido quase totalmente por meio de recursos advindos de editais que financiam projetos de pesquisa. Muitas dessas pesquisas têm alcançado repercussão mundial e estão presentes em bancos de dados internacionais, como o PubMed, mantido pela Biblioteca Nacional de Medicina dos Estados Unidos. Porém, somente os projetos de pesquisa não conseguem suprir todas as necessidades do centro. Buscando contornar essa dificuldade, a FO tem buscado alternativas que incluem parcerias formais com as Secretarias Municipal e Estadual de Saúde para dividir os custos da assistência à população, bem como para aquisição de recursos humanos, um outro ponto crítico para o funcionamento do CGDB. A coordenadora enfatiza a necessidade de atenção especial dos secretários de saúde o centro.

Equipe do CGDB coordenada por Rejane Faria Ribeiro-Rotta, ao centro

Divulgação

Sete sinais de alerta de risco de câncer bucal

- Ferida nos lábios, gengiva ou no interior da boca;
- Caroço ou inchaço na bochecha que se sente ao passar a língua;
- Perda de sensibilidade ou sensação de dormência em qualquer parte da boca;
- Manchas brancas ou vermelhas na gengiva, língua ou em qualquer outra parte da boca;
- Dificuldade para mastigar ou para engolir;
- Dor sem razão aparente ou sensação de ter algo preso na garganta;
- Mudanças na voz.

ASCOM UFG

Uma história inspirada na diversidade do Cerrado e de respeito à cultura regional.

Uma história de lutas, conquistas e desenvolvimento.

Uma história tecida com outras tantas histórias.

Escrita por Pedros, Marias, Anas, Josés e tantos outros.

Feita por gente e para gente.

Uma história de raízes fortes. Uma história renovada pelo conhecimento.

Uma história de passado e futuro.

Uma história viva. Uma história presente.

1960-2010

UFG 50 ANOS
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
CONHECIMENTO SEMPRE PRESENTE